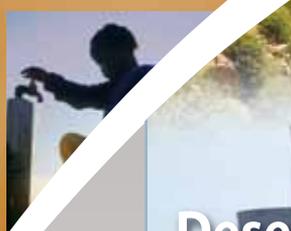
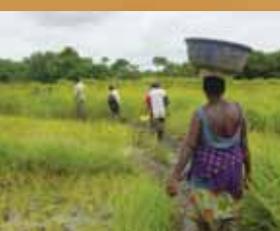
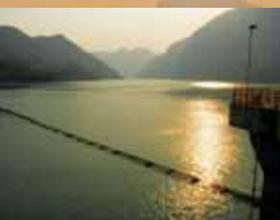




# ÁFRICA AUSTRAL HOJE



SADC HOJE Vol. 14 No 5 Agosto 2012



## Desenvolvimento de infra-estruturas Plano Director Regional

por Joseph Ngwawi

O **DESENVOLVIMENTO** de infra-estrutura foi colocado no centro da agenda regional de construção da comunidade e esforços concertados estão sendo feitos para garantir a disponibilidade de um sistema integrado, eficiente e rentável para sustentar o desenvolvimento económico regional e comércio.

A 32ª Cimeira de Chefes de Estado e de Governo marcada para 17-18 de Agosto em Moçambique deverá acelerar a provisão de infra-estruturas regional, vistas como um fundamento essencial para a realização dos objectivos de integração regional.

Uma série de importantes desenvolvimentos foram realizadas desde a última cimeira em Angola, em 2011, incluindo a finalização do plano director regional de desenvolvimento de infra-estruturas.

Os Ministros responsáveis pelas infra-estruturas chegaram a acordo sobre o projecto de Plano Director Regional de Desenvolvimento de Infra-Estruturas da SADC numa reunião realizada nos finais de Junho em Luanda, Angola, abrindo caminho para a aprovação final do documento pelos líderes durante a próxima cimeira marcada para Maputo.

O plano director da SADC vai orientar a implementação de redes coordenadas, integradas e eficientes de infra-estruturas transfronteiriças nos seis sectores prioritários de energia, transportes, turismo, informações meteorológicas, tecnologia e água.

Os projectos de infra-estrutura prioritários já identificados serão implementados em três fases ao longo de 15 anos que se estendem de 2012-2027 a um custo de cerca de 500 biliões de dólares norte-americanos, com o transporte, energia e água, partilhando a maior parte das necessidades de financiamento.

A região está a projectar a implementação de projectos de produção de energia que irão fornecer 17.000 megawatts (MW) nos próximos três anos até 2015, enquanto a região espera atingir auto-suficiência em energia até 2014.

Uma conferência de investimento está prevista entre Janeiro e Março de 2013, para atrair potenciais investidores para os projectos de infra-estruturas regionais identificados, enquanto a promoção dos mesmos está planificada na Ásia, Europa e Estados Unidos com o mesmo fim.

Os líderes também devem considerar os relatórios do Grupo de Trabalho Ministerial sobre a Integração Económica Regional, que foi encarregado, durante a Cimeira de 2011 realizada em Angola, para encontrar formas de consolidar a Área de Comércio Livre da SADC (ACL); estabelecimento da União Aduaneira da SADC e a ACL Tripartida, envolvendo a SADC, o Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA) e a Comunidade do Estados da África Oriental (EAC).

POLÍTICA	3
COMÉRCIO	4
UNIÃO AFRICANA	5
ENERGIA	6
INFRA-ESTRUTURAS	7
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	8-9
MUDANÇAS CLIMÁTICAS	10
GÉNERO	11
EDUCAÇÃO	12
CHINA-ÁFRICA	13
ELEIÇÕES	14
EVENTOS	15
HISTÓRIA HOJE	16

continua na página 2...

## Desenvolvimento de infra-estruturas, Plano Director Regional

O Grupo de Trabalho adoptou um programa de trabalho para a consolidação da ACL da SADC, em Agosto de 2010, que incluiu medidas para facilitar a adesão dos Estados-Membros que ainda não são participantes da ACL da SADC; plena implementação da ACL, e facilitação do comércio, incluindo o desenvolvimento de infra-estruturas.

O programa de trabalho inclui também medidas para enfrentar as barreiras não-tarifárias (BNT), simplificar as regras de origem, bem como harmonização e aplicação efectiva da documentação e procedimentos aduaneiros.

O Secretário Executivo da SADC, Tomaz Augusto Salomão, durante os últimos dois anos realizou missões de alto nível para as Seychelles e Angola, e está em consultas com a República Democrática do Congo (RDC) sobre a adesão ao Protocolo da SADC sobre o Comércio e a participação na ACL.

Seychelles tomou a decisão de aderir ao protocolo e, em conformidade com os procedimentos de adesão, apresentou uma carta de intenções e uma oferta de acesso ao mercado da Secretaria. A Secretaria está fornecendo o apoio necessário para Seychelles.

Na sequência de consultas de alto nível entre Salomão e a liderança política em Angola em 2011, uma equipe técnica do Secretariado visitou Angola este ano para avaliar os esforços em curso pelo governo para a recuperação industrial, bem como o desenvolvimento económico e de infra-estruturas. A missão também ajudou Angola na preparação de um roteiro para a adesão.

O programa de trabalho sobre a consolidação da ACL prevê uma nova revisão das regras de origem para simplificá-los ainda mais e garantir que sejam favoráveis ao comércio intra-regional. Essa revisão deve



Barragem de Cahora Bassa em Moçambique

incluir reformas sobre os aspectos administrativos das regras, tais como certificação electrónica.

Um grupo de peritos sobre regras de origem para têxteis e vestuário foi criado para preparar recomendações específicas para a reforma das regras para o sector, que não foram abordadas durante a primeira revisão abrangente das regras de origem.

A Cimeira de 2011 exortou o Grupo de Trabalho Ministerial sobre a integração regional para acelerar o trabalho necessário que culminará com um acordo e entendimento comum sobre os parâmetros da proposta de União Aduaneira da SADC, bem como os pontos de referência ou marcos necessários para o estabelecimento da União Aduaneira.

O Grupo de Trabalho também foi incumbido de desenvolver um modelo de união aduaneira, e as modalidades que devem ser seguidas para a implementação da união.

O Fórum de Negociação Tripartida do Comércio (TTNF) envolvendo COMESA-EAC-SADC concordou com o calendário e formato de negociações para estabelecer um mercado integrado que abrange 27 Países na África Oriental e Austral.

Este foi aprovado na primeira ronda de negociações realizada em Dezembro do ano passado, após o lançamento histórico de negociação com os líderes das três comunidades económicas regionais, em Junho do mesmo ano.

O TTNF concordou em se reunir pelo menos quatro vezes por ano durante a primeira fase das negociações. A primeira fase de negociações está prevista que seja concluída dentro de 36 meses (até ao final de 2014), e abordará questões como a liberalização das tarifas, regras de origem, cooperação e assuntos aduaneiros relacionados as barreiras não-tarifárias, medidas sanitárias e fitossanitárias, barreiras técnicas ao comércio, medidas de defesa comercial e de resolução de litígios.

A segunda fase das negociações se concentrará em negociar o comércio de serviços e questões comerciais conexas, incluindo direitos de propriedade intelectual, política de concorrência e

### Diálogos políticos

**UM PROGRESSO** significativo foi feito em termos de estabilidade política na região durante o ano passado, incluindo diálogos políticos no Lesoto, Madagáscar e Zimbabwe.

O Lesoto realizou as muito esperadas eleições gerais em Maio, após dois anos, de um diálogo mediado SADC com vista a se encontrar uma solução duradoura para a polarização política do País.

Os partidos políticos em Madagáscar assinaram um acordo em Setembro de 2011 que permite o retorno do exilado líder Marc Ravalomanana e abre o caminho para as eleições a serem realizadas dentro de um ano para restabelecer a democracia naquela Ilha do Oceano Índico.



Presidente Armando Guebuza

desenvolvimento do comércio e da competitividade. Facilitar o movimento de pessoas e negócios dentro da região será negociada em paralelo com a primeira fase.

O Protocolo da SADC sobre Género e Desenvolvimento está agendado para entrar em vigor muito em breve. Apenas necessita de uma ratificação.

Até a última Cimeira, 13 Estados-Membros já tinham assinado o Protocolo, com excepção do Botswana e das Maurícias, enquanto oito já haviam ratificado o instrumento, nomeadamente Angola, Lesoto, Moçambique, Namíbia, Seychelles, África do Sul, República Unida da Tanzânia e Zimbabwe.

A RDC, Madagáscar, Malawi, Swazilândia e Zâmbia - ainda não tinham ratificado o Protocolo na altura da Cimeira de 2011. A Zâmbia informou que estava em estágios avançados de conseguir o protocolo ratificado pelos seus órgãos estatutários. r

Madagáscar foi suspenso da SADC e da União Africana na sequência de um golpe em 2009 que substituiu Ravalomanana pelo então Presidente do Município de Antananarivo, Andre Rajoelina.

O acordo mediado pela SADC permite o retorno incondicional do exílio de Ravalomanana e o estabelecimento de instituições de transição antes das eleições. No entanto, Ravalomanana ainda não foi autorizado a regressar.

A SADC também está facilitando o diálogo político no Zimbabwe, onde o Presidente Jacob Zuma, da África do Sul, está trabalhando com os membros do governo de unidade para desenvolver um roteiro para as eleições. r

## SADC realiza auditoria sobre o protocolo de comércio

O SECRETARIADO da SADC encomendou uma auditoria sobre a implementação do Protocolo sobre o Comércio da SADC.

Assinado em 1996 e tendo entrado em vigor em 2000, na sequência de um processo de ratificação, o Protocolo da SADC sobre o Comércio tem como objectivo impulsionar o comércio entre os Estados-Membros, através da eliminação das tarifas aduaneiras e barreiras não-tarifárias.

Pelo menos 12 Estados Membros da SADC assinaram o Protocolo e são, portanto, parte da Área de Livre Comércio (ACL), com a excepção de Angola e da República Democrática do Congo que pediram mais algum tempo antes de se juntar a ACL. Madagáscar foi suspenso das actividades da SADC.

A implementação do Protocolo de comércio tem sido um processo regional demorado que continua mesmo depois do lançamento formal da ACL em Agosto de 2008 e que este ano marca o último ano da eliminação das barreiras tarifárias e de avaliação final.

Para rever o processo de implementação, a SADC encarregou o Sector de Comercio da África Austral para realizar uma auditoria de todos os signatários do Protocolo da SADC sobre o Comércio.

A auditoria - a sexta do género desde que o Protocolo entrou em vigor, envolverá visitas a todos os Países dos Estados Membros da SADC que são signatários.

As visitas aos Países visam a recolha de informações para o relatório de auditoria e, em particular, para reunir as opiniões de uma ampla gama de partes interessadas sobre as suas experiências em relação a forma como o Protocolo da SADC sobre o Comércio foi implementado.

Até agora, as visitas de auditoria foram realizadas no Botswana, Lesotho, Malawi, Maurícias, Moçambique,

Namíbia, África do Sul, Suazilândia, Zâmbia e Zimbabwe.

De acordo com o Sector de Comercio da África Austral, o resultado da avaliação será um relatório de auditoria que será analisada pelo Fórum de Negociação Comercial da SADC, altos funcionários e pelo Comité de Ministros do Comércio, em Gaborone, Botswana.

A última auditoria feita em 2011 mostrou que o cumprimento geral da redução faseada das tarifas em 2011 foi alto. A tabela abaixo apresenta um resumo do estado de implementação para os Estados-Membros.

Ainda que o cumprimento seja, no geral, bom, as discrepâncias continuam a surgir para linhas tarifárias individuais. No entanto, essas discrepâncias das linhas tarifárias vão se tornar cada vez mais irrelevantes uma vez que os Estados-Membros concluem a pauta faseada de redução das tarifas em 2012.

O relatório de auditoria de 2011 também indica que um

progresso significativo foi feito na abordagem de questões não só da ACL, mas também da visão mais ampla da SADC de integração regional.

Por exemplo, o comércio intra-SADC recuperou significativamente desde a crise económica mundial de 2008 e mostra uma expansão substancial durante o período de execução da ACL da SADC.

As regras de origem continuam a ser discutidas no contexto da SADC, especificamente pelos Peritos do Grupo de Trabalho sobre Têxteis e Vestuário.

Houve progressos substanciais no desenvolvimento e implementação do mecanismo de vigilância das Barreiras Não-Tarifárias (BNT), bem como no fortalecimento de iniciativas de facilitação do comércio dentro da SADC.

Os Estados-Membros também estão mais conscientes do impacto das BNTs e estão se movendo em direcção a uma abordagem mais sistemática

para abordar essas medidas. Embora haja ainda trabalho por ser feito, o sistema de monitoria on-line das NTB progrediu significativamente no decorrer do ano passado, passando de quase ausência de queixas resolvidas para quase 70 por cento resolvidas.

Na agenda de integração da SADC mais ampla, os Estados-Membros estão a preparar activamente negociar a luz da ACL Tripartida. A ACL Tripartida, vulgarmente conhecida como a "Grande" ACL envolve duas outras comunidades económicas regionais: o Mercado Comum para África Oriental e Austral (COMESA) e a Comunidade dos Estados da África Oriental (EAC).

O COMESA-EAC-SADC pretende lançar uma ACL Tripartida alargada cobrindo 27 Países na África Oriental e Austral e, quando estiver totalmente operacional, o mercado livre poderá aumentar o comércio e aprofundar a integração entre os Estados-Membros. r

### Resumo da redução faseada de tarifas em 2011

	Implementado	Método	Notas
<b>SACU</b> ( <i>Botswana, Lesotho, Namíbia, Suazilândia e África do Sul</i> )	Sim	Portal do Serviço Tributário da África do Sul (SARS)	Redução faseada das tarifas da SACU concluída em 2008
<b>Malawi</b>	Parcial	Portal da Autoridade Tributária do Malawi e apresentações do Malawi	Malawi faseou a redução de algumas taxas da SADC durante o ano passado e até Abril de 2011 o Malawi estava ainda nos níveis de redução tarifária de 2004/2005.
<b>Maurícias</b>	Sim	Visita ao País	Durante a visita ao País, em Abril de 2011, a Autoridade Tributária das Maurícias informou que redução tarifária faseada estaria concluída em Maio/Junho.
<b>Moçambique</b>	Sim	Autoridade Tributária de Moçambique	Aprovação em bloco da redução faseada de tarifas da SADC.
<b>Tanzânia</b>	Sim	Visita ao País	Aprovação em bloco da redução faseada de tarifas da SADC. Abolição solicitada para o açúcar e categorias específicas de papel.
<b>Zâmbia</b>	Sim	Secretariado da SADC	Aprovação em bloco desde 2008 e durante 2012 através de SI 103 de 2008.
<b>Zimbabwe</b>	Não	Notificação do País	Zimbabwe solicitou e obteve uma abolição faseada de tarifas

## Zâmbia e Tanzânia efectuam revisão das operações da Tazara

A REPÚBLICA UNIDA da Tanzânia e a Zâmbia decidiram criar uma comissão de especialistas para reverem o Acordo da Empresa Ferroviária Tanzânia-Zâmbia, em uma medida que visa melhorar as operações da linha ferroviária de propriedade conjunta.

O Conselho de Ministros dos dois países concordou, durante uma reunião, em Junho, que a revisão deve resultar em mudanças estruturais de gestão na Autoridade Ferroviária Tanzânia-Zâmbia (Tazara).

Actualmente, o Acordo sobre a Tazara rubricado em 1975 e que foi revisto em 1995, afirma que o cargo de director de gestão deverá ser ocupado por alguém da Zâmbia, enquanto o de director-adjunto é reservado para um tanzaniano.

Entre outras mudanças, a revisão pode conduzir a uma situação em que os titulares das duas posições sejam nomeados por mérito, contrariamente ao sistema actual.

O Ministro dos Transportes da Zâmbia, Yamfwa Mukanga disse que seu País se comprometeu a injectar 10 milhões de dólares norte-americanos para a recapitalização da empresa ferroviária, mas, inicialmente, investiria 5 milhões de dólares norte-americanos para aumentar o volume de carga e passageiros.

"Entre os problemas enfrentados pela Tazara consta a capitalização. Fizemos uma provisão para os fundos durante o exercício em curso para permitir que a linha férrea possa aumentar os passageiros e carga", disse Mukanga, que é presidente do Conselho de Ministros Tazara.

Tazara é uma transportadora importante de carga, principalmente de cobre e outros minerais das minas da Zâmbia para Dar es Salaam para exportação para mercados estrangeiros. É também transportadora de passageiros.

Tazara é a porta de entrada para o leste e mercados de negócios da África Austral, SADC e abrangendo tanto o Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA).

Os 1.860 km linha ferroviária da Tazara, que se estendem de Dar es Salaam, na Tanzânia, para Kapiri Mposhi, na Zâmbia, foram construídos entre 1970 e 1973, quando o governo chinês concedeu um empréstimo de 500 milhões de dólares norte-

americanos para sua construção e supervisionou o trabalho que foi concluído antes do prazo.

De acordo com o Director da Tazara, Akashambatwa Lewanika, o desempenho da empresa melhorou desde 2008/09, quando 383,055 toneladas métricas de carga foram transportadas, passando para 533,964 toneladas métricas no ano financeiro 2010/2011.

A meta é aumentar o tráfego de mercadorias para um milhão



Locomotiva sobre a ferrovia TAZARA

de toneladas métricas por ano ao longo dos próximos anos.

A ferrovia foi iniciada pelo Presidente fundador da Tanzânia, Julius Nyerere, e pelo primeiro Presidente da Zâmbia, o Dr. Kenneth Kaunda. r

## ACP apela à flexibilidade nas negociações dos APE

O GRUPO de estados da África, Caraíbas e Pacífico (ACP) apelou à flexibilidade nas negociações com a Europa sobre os Acordos de Parceria Económica (APE).

O Conselho de Ministros da ACP, que se reuniu em Port Vila, Vanuatu, em Junho, aprovou resoluções sobre vários assuntos, incluindo medidas para melhorar o comércio de tabaco, açúcar e algodão com a UE.

Os ministros da ACP disseram que estão empenhados em concluir as negociações com a Europa sobre os APE.

"Apesar dos desafios, continuamos empenhados em concluir as negociações, mas não podemos forçar bastante a necessidade de colocar o desenvolvimento firmemente no centro da nossa agenda",

disse Alva Baptiste, Ministro das Relações Exteriores de Santa Lúcia, o próximo Presidente do Conselho de Ministros da ACP.

Ele disse que até que as questões controversas sejam bordadas "será difícil para as nossas regiões a assinar os APE e continuamos o nosso apelo a flexibilidade por parte dos nossos parceiros da União Europeia em alcançar acordos mutuamente acordados e mutuamente benéficos".

"Reiteramos o nosso apelo para que a Comissão Europeia retire a sua proposta de alteração do Regulamento 1528 de Acesso ao Mercado, que impõe um prazo unilateral para a conclusão dos acordos de comércio", disse ele, notando que a medida visa "fazer pressão indevida sobre os nossos países para assinarem os APE sem olhar devidamente para áreas que possam ameaçar a estabilidade e o crescimento de seus Países."

Ele disse que a ACP acredita através de diálogo e "no espírito da parceria consagrada no Acordo de Cotonu,

podemos encontrar uma maneira de sair deste impasse".

O Acordo de Cotonou, assinado em 2000, pôs em prática um quadro de cooperação comercial, visando a liberalização do comércio entre os Países da ACP e da UE e também especificou que um novo regime da Organização Mundial do Comércio compatível ou um APE devia ser aprovado até o final de 2007.

A ACP também está intensificando os esforços para fazer pressões contra as novas orientações que restringem ainda mais a produção e o consumo de tabaco a luz de um tratado global da Organização Mundial de Saúde (OMS).

Os Ministros resolveram se opor a aprovação do projecto de orientações às secções da Convenção-Quadro da OMS sobre o Controle do Tabaco (CQCT OMS) que trata de medidas de controlo da procura do tabaco, tais como impostos e regulação dos conteúdos e emissões dos produtos do tabaco.

A OMS FCTC é o primeiro tratado mundial de saúde pública global, que entrou em vigor em Fevereiro de 2005. Foi assinada por 168 dos 192 países membros da OMS e mais de 170 Países membros da OMS tornaram-se partes na Convenção. r





## UA pretende melhorar o comércio intra-regional

A UNIÃO AFRICANA concordou em reforçar o comércio intra-regional através da remoção de barreiras que actualmente impedem as transacções comerciais entre os Estados membros.

O Presidente cessante da Comissão da UA, Jean Ping, disse que actualmente o comércio intra-Africano é de cerca de 10 por cento do total das transacções do continente

com o resto do mundo, uma situação preocupante.

Os Chefes de Estado e de Governo, durante a sua Cimeira anual, trocaram impressões sobre a agenda de desenvolvimento para o continente sob o tema "Reforço do Comércio Intra-Africano".

O recém-eleito Primeiro-Ministro do Lesoto, Thomas Thabane, expressou a necessidade urgente de África

em resolver a questão da pobreza e do subdesenvolvimento do continente, promovendo o comércio intra-Africano como um factor de consolidação da paz.

"Não há dúvida de que o comércio entre os nossos Países é fundamental para a consecução do desenvolvimento económico sustentável, a criação de

empregos, particularmente para a juventude e para a integração efectiva de África na economia global", disse Thabane.

O destaque da Cimeira para a SADC foi a eleição da candidata da SADC, Nkosazana Dlamini-Zuma, actualmente Ministra Sul-Africana dos Assuntos Internos, como o novo Presidente da Comissão da UA, e Erastus Mwencha, do Quênia, como vice-presidente. r

### Perfil

## Dr Nkosazana Dlamini-Zuma

A CANDIDATA apoiada pela SADC, Nkosazana Dlamini-Zuma, da África do Sul, gravou o seu nome nos livros de história depois de se tornar a primeira personalidade da África Austral a chefiar a Comissão da União Africana.

Dlamini-Zuma, 63 anos, derrotou o titular, Jean Ping, nas eleições realizadas na Cimeira da UA em Julho para escolher o presidente da Comissão da UA, que é o secretariado da União Africana que congrega 54 Países.

A vitória Dlamini-Zuma ocorreu depois de intensas campanhas feitas pelos Estados Membros da SADC, que argumentaram que era altura para a África Austral liderar a Comissão da UA uma vez que as outras regiões de África já tiveram a oportunidade de ocupar o posto mais alto da UA.

A África Ocidental e Central já tiveram seus candidatos a ocupar o mais lato cargo da UA, com Omar Alpha Konaré, do Mali e Ping, do Gabão.

Uma gestora hábil e diplomata com uma visão pan-Africana, Dlamini-Zuma foi rápida ao deixar de lado a política partidária, defendendo a unidade Africana após a sua vitória.

"Eu não sou uma anglófona, eu sou Zulu", disse ela nas suas primeiras declarações depois de vencer a eleição.

Ela deixou claro que iria "implementar programas... acordados por todos "em vez de" consulta aos anglófonos e francófonos".

Dlamini-Zuma ocupou os principais cargos ministeriais em cada governo Sul-Africano desde que Nelson Mandela tornou-se presidente após as primeiras eleições democráticas em 1994.

Uma médica de formação, Dlamini-Zuma, foi a primeira ministra da África do Sul negra da Saúde entre 1994 and 1999 quando ela mostrou a iniciativa exemplar na transformação do sistema de saúde do País através da introdução de legislação que conferia aos pobres o acesso a cuidados básicos de saúde gratuitos.

Ela foi outra vez primeira, em 1999, quando foi nomeada pelo então presidente Thabo Mbeki como primeira mulher Ministra dos Negócios Estrangeiros numa África do Sul democrática, tendo ocupado este cargo por 10 anos.



Ela tornou-se Ministra da Administração Interna, a 10 de Maio de 2009, mantendo-se no Governo sob o mandato de três presidentes sucessivos.

As suas novas responsabilidades são uma continuação de décadas de vida de luta e sacrifício, que começou na década de 1970 quando ela era uma activista em KwaZulu Natal, onde ela subiu na hierarquia para se tornar vice-presidente da então Organização de Estudantes Sul-Africanos (SASO), liderada pelo falecido Steve Biko.

O seu activismo não escapou à atenção do aparato de segurança do apartheid, que, através de uma campanha sustentada de intimidação, forçou-a a exilar-se em 1970 para integrar no Congresso Nacional Africano (ANC).

Bacharel em Ciências com especialização em Zoologia e Botânica, ela continuou seus estudos na Universidade de Bristol, ao mesmo tempo servindo como presidente da Liga da Juventude do ANC na Grã-Bretanha em 1977 e 1978.

Após a sua formação, em 1978, trabalhou no Hospital Frenchay, em Bristol, durante dois anos, seguido por outro período de dois anos no Hospital Canadian Red Cross Memorial, em Berkshire.

Entre 1980 e 1985, Dlamini-Zuma foi colocada pelo ANC no Hospital Governamental de Mbabane, Swazilândia, onde era responsável pelo atendimento médico dos quadros do ANC naquele País.

Ela foi enviada para o departamento de saúde do ANC na Zâmbia durante 1989 e 1990, onde desempenhou um papel de liderança na área de saúde da comunidade no exílio e fez uma grande contribuição para a elaboração de uma política de saúde pós-apartheid.

Quando o ANC foi banido em 1990, Dlamini-Zuma voltou com os outros membros do ANC do exílio para ajudar a reorganizar legalmente o ANC dentro do País e se preparar para as negociações entre o ANC e o governo do apartheid.

Dlamini-Zuma leva consigo essa experiência acumulada nos últimos 40 anos para a gestão da União Africana, e enfrenta enormes expectativas da África, e particularmente da África Austral. Ela é a primeira mulher a assumir o cargo de Presidente da Comissão. r



## Modernização de infra-estruturas de transmissão da Zâmbia para aumentar a segurança energética da SADC

por Patson Phiri

A **COMERCIALIZAÇÃO REGIONAL** de energia na África Austral vai melhorar depois dos planos da Zâmbia que pretende modernizar as principais infra-estruturas de transmissão que ligam o País à vizinha Namíbia e ao do Grupo de Empresas de electricidade da África Austral (SAPP).

A Zâmbia pretende reabilitar a linha de transmissão de electricidade de 341 quilómetros entre Kafue, fora de Lusaka, Livingstone e na parte sul do País.

A reabilitação poderá aumentar a capacidade da linha de 330kiloVolts (kV) a partir da sua capacidade de corrente 220kV. Isto irá aumentar a segurança e qualidade de transmissão de energia doméstica, bem como facilitar o comércio regional de energia com os 12 países membros do SAPP.

O projecto vai melhorar a distribuição regional de energia e a capacidade de transmissão de electricidade entre a central hidroeléctrica de Victoria Falls e Lusaka e é uma iniciativa prioritária de fornecimento de energia da Corporação de Electricidade da Zâmbia (ZESCO).

A actualização é vital para o reforço do fornecimento dentro da Zâmbia e para aliviar o congestionamento da rede do SAPP para garantir que a oferta de energia acompanhe o crescimento económico na região. Vai melhorar a ligação de energia entre a Zâmbia e Namíbia e permitir a possível negociação de electricidade através da interligação de Caprivi.

O projecto vai incluir a construção de novas subestações e substituição de infra-estruturas energéticas de 50 anos de idade. A capacidade total de transmissão vai aumentar de 120 MW para 360 MW.

A modernização da linha de transmissão também vai aumentar o acesso da região à energia hidroeléctrica e reduzir a

dependência do País em petróleo e carvão e energia. A energia produzida vai reduzir os apagões eléctricos.

"O projecto de modernização da linha de transmissão Kafue - Livingstone vai fornecer energia extra para as províncias do sul e do oeste da Zâmbia e outros Países do Grupo de Empresas de electricidade da África Austral", disse o director ZESCO, Cipriano Chitundu.

O projecto deverá custar 100 milhões de dólares norte-americanos, com o Banco Europeu de Investimento (BEI) disponibilizando cerca de um terço do custo. Em Maio, a Zâmbia assinou com o BEI um acordo de 30 milhões dólares para financiar a modernização da linha de transmissão Kafue-Livingstone.

O acordo de financiamento foi assinado em Lusaka pelo Ministro das Finanças ds Zâmbia, Chikwanda Alexander, e funcionários seniores do BEI. O

Torres de transporte de electricidade da rede regional

Banco Mundial, o Fundo Fiduciário de Infra-estruturas UE-África e a ZESCO serão co-financiadores do projecto, que deverá ser concluído até o final de 2014.

"O acesso à electricidade é essencial para alcançar os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio e promover o desenvolvimento sustentável. O Banco Europeu de Investimento está empenhado em apoiar o sector de energia da Zâmbia e contribuir para os objectivos globais em destaque em 2012, ano Internacional de Energia sustentável para todos", disse Plutarchos Sakellaris, Vice-Presidente do Banco Europeu de Investimento.

A linha original foi construída na década de 1970 de forma que a

sua modernização fosse fácil e abaixo custo quando necessário. O esquema de modernização irá utilizar infra-estrutura existente e tecnologia comprovada, resultando em baixo impacto ambiental e custos de investimento reduzidos.

O Fundo Fiduciário de Infra-estruturas UE-África concordou em fornecer um subsídio 5.55 milhões de Euros (cerca 7 milhões de dólares norte-americanos), dividido em dois componentes.

A primeira será uma taxa bonificada de 5.2 milhões de Euros (6,9 milhões de dólares norte-americanos) enquanto 350.000 Euros (cerca de 439.000 dólares norte-americanos) serão um subsídio de assistência técnica para apoiar a aquisição e monitoria. [sardc.net](http://sardc.net)

## SADC atrai investidores para o projecto ZiZaBoNa

**ÁFRICA AUSTRAL** tem intensificado esforços para atrair investidores para desenvolver uma interligação de transmissão eléctrica que liga Zimbabwe, Zâmbia, Botswana e Namíbia.

Vulgarmente conhecida como ZiZaBoNa, o projecto de transmissão de interligação tem a capacidade de aumentar a comercialização de energia entre as concessionárias participantes, bem como fornecer uma rota alternativa de transmissão de energia e ajudar a descongestionar o corredor central de transmissão existente.

O Empresas de electricidade da África Austral (SAPP), que coordena o planeamento, produção, transmissão e comercialização de energia eléctrica em nome de utilitários dos Estados-Membros da SADC, disse que uma mesa redonda de investidores teve lugar em Julho, para atrair potenciais financiadores para o projecto.

A mesa-redonda realizada em Swakopmund, na Namíbia, em Julho, tencionava angariar um financiamento selectivo no valor de 223.000 mil dólares norte-americanos para o projecto.

Empresas de serviços públicos de electricidade dos quatro Países - a Autoridade Zimbabweana

de Electricidade (ZESA), a Corporação de Electricidade da Zâmbia (ZESCO), a Corporação de Electricidade do Botswana (BPC) e a Empresa de Electricidade da Namíbia (NamPower) - poderão financiar parte do projecto que se inserem suas fronteiras nacionais.

O projecto será implementado em duas fases. A primeira fase vai abranger a construção de uma linha de 120 km-330 quilovolts da central Electrica de Hwange para Victoria Falls onde uma estação de interligação será construída no lado Zimbabwe. A linha se estenderá a uma subestação em Livingstone, na Zâmbia.

A segunda fase, que será financiada ao abrigo de uma empresa especial se designara ZiZaBoNa Private Limited, vai envolver a construção de uma linha de 300 km de 330kV a partir de Livingstone para Katima Mulilo, na Namíbia, através Pandamatenga, no Botswana.

Para a interligação Zimbabwe-Zâmbia será construída como uma linha de alta tensão com uma capacidade de transmissão de 430kV. No entanto, irá funcionar como uma linha de 330kV durante a primeira fase. r

## Plano de infra-estruturas da SADC pronto para aprovação

O **AGUARDADO** plano regional de desenvolvimento de infra-estruturas da África Austral está já pronto para a aprovação pelos Chefes de Estado e de Governo na Cimeira marcada para Maputo, Moçambique, em Agosto.

Isto ocorre após a finalização do plano director pelos Ministros responsáveis pelas infra-estruturas na Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), reunidos no final de Junho em Luanda, Angola.

Caso seja aprovado pelos líderes da África Austral, o plano director vai nortear o desenvolvimento de infra-estruturas importantes como rodoviárias, ferroviárias e portos, e também será um marco para o planeamento e cooperação com os parceiros de desenvolvimento e com o sector privado.

Falando na reunião dos Ministros da SADC responsáveis pelas infra-estruturas, o Secretário Executivo adjunto da SADC e responsável pela integração regional, João Caholo disse que o plano director é um produto "profundo" de consulta das partes interessadas e, portanto, o seu sucesso dependerá também da implementação colectiva por todos Estados membros.

Ele disse que caso o plano seja aprovado, o Secretariado da SADC iria "facilitar e coordenar a convocação de uma Conferência da SADC sobre Infra-estruturas e Investimentos entre Janeiro e

Março de 2013" para atrair potenciais investidores. Sessões de promoção e divulgação estão planeadas na Ásia, Europa e Estados Unidos.

O plano será implementado ao longo de três a cinco anos de intervalo - a curto prazo (2012-2017), médio prazo (2017-2022) e longo prazo (2022-2027). Isto está de acordo com a Visão da SADC de 2027, um horizonte de execução de 15 anos para previsão das necessidades de infra-estruturas na região.

Está também em consonância com o Programa da União Africana de Desenvolvimento Infra-estruturas de África (PIDA) e constituirá um contributo essencial para a proposta Área tripartida de Comércio Livre (ACL) composta pela SADC, o Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA) e Comunidade dos Estados da África Oriental (EAC).

O plano director da SADC vai orientar a implementação de redes coordenadas, integradas e eficientes de infra-estruturas transfronteiriças nos seis sectores prioritários de energia, transportes, turismo, informações meteorológicas, tecnologia e água.

No sector de energia, prevê-se que o plano aborde quatro áreas-chave da segurança energética,



Central Eléctrica de Matimba, África do Sul

melhoria do acesso a serviços energéticos modernos, focalizando os abundantes recursos energéticos, aumento do investimento financeiro e melhoria simultânea da sustentabilidade ambiental.

Em relação aos sub-sectores de transporte rodoviário, ferroviário, portos, vias navegáveis e redes de transporte aéreo, o Plano Sectorial de Transporte irá abordar quatro áreas chave, nomeadamente a melhoria do acesso à perfeita cadeia de valor do transporte dos corredores, reduzindo o custo de transporte; reforço da competitividade e proporcionando seguros e serviços de transporte seguro.

O Plano Sectorial de Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC) foi projectado para atender quatro áreas principais: garantir a acessibilidade, incluindo o acesso universal à banda larga de TIC; acelerar a integração regional através da interconexão de banda

larga dentro e entre os estados membros da SADC, reduzindo o custo de negócios e melhorar a segurança de infra-estrutura de TIC.

O Plano Sectorial da Água dá prioridade a cinco objectivos que incluem o aumento do armazenamento de água global na região; terras irrigadas para a segurança alimentar,

produção de energia hidroeléctrica para a segurança energética; aumento do acesso à água potável e melhoria dos serviços de saneamento para os cidadãos da SADC.

O Plano Sectorial de Turismo está voltado para alcançar o desenvolvimento reforçado socioeconómico; facilitar a comercialização conjunta da SADC como um único destino, aumentar as chegadas de turistas e receitas de turismo a partir de mercados emissores, e desenvolver o sector do turismo de uma forma ambientalmente sustentável.

A ênfase do Plano Sectorial de Meteorologia é colocada sobre a necessidade de assegurar a disponibilidade de informação oportuna, aviso prévio sobre as condições meteorológicas adversas e os impactos da variabilidade climática. Outro destaque do Plano Sectorial de Meteorologia será o desenvolvimento de um quadro de indicadores harmonizados para a prestação de informações relevantes sobre a previsão climática para facilitar a preparação de medidas de mitigação contra secas, inundações e ciclones.

Os projectos de infra-estrutura prioritários identificados serão implementadas a um custo de cerca de 500 biliões de dólares norte-americanos, com o transporte, energia e água partilhando a maior parte das necessidades de financiamento. [sardc.net](http://sardc.net)

## Maior parque solar do mundo previsto para a África do Sul

**ÁFRICA DO** Sul está prestes a se tornar um líder na revolução energética verde com um parque de energia solar gigante que será o maior do mundo.

O parque, avaliado em 150 biliões de rands, será instalado no do Norte da província do Cabo e vai ser construído ao longo de milhares de hectares para fornecer 5.000 megawatts

de electricidade, que será canalizada na rede nacional.

O parque será construído em etapas ao longo de nove anos, mas as primeiras secções estarão operacionais já este ano.

Um parque solar é uma zona concentrada de centrais de energia solar que são construídas em grupos, compartilhando infra-estruturas comuns de transmissão e outras.

O projecto é uma parceria entre o governo sul-Africano, a empresa estatal de energia Eskom e a Iniciativa Clinton sobre as Mudanças Climáticas.

Uma conferência de investidores, prevista para 28-29 de Outubro, poderá atrair interessados adicionais do sector privado. *Bua News* r

# Rio + 20 resultados: Meio copo ou copo vazio?

por Munetsi Madakufamba em Rio de Janeiro

A **QUESTÃO** de se a Cimeira Rio +20, realizada em Junho no Brasil, conseguiu produzir um resultado satisfatório pode ser uma questão de conjectura.

No entanto, o que não constitui dúvida é o facto de a cimeira ter produzido um documento final de 49 páginas, intitulado "O Futuro que Queremos".

O documento final contém o que os críticos têm chamado fracos e não vinculativos cometimentos, confirmados por aquilo que a China e o G77 - incluindo a maior parte da África - considera uma regra constante debaixo do texto.

Outra grande preocupação era que a declaração não tem nenhum mecanismo para a implementação, ou os meios de financiamento. Por exemplo, embora reconhecendo a necessidade de mobilizar recursos, não houve números específicos cometidos.

Outros saudaram a conferência por, pelo menos, ter reafirmado planos viáveis passados, tais como Agenda 21, um plano abrangente de acção acordado na Cimeira do Rio de 1992, para ser tomada a nível global, nacional e localmente por organizações da ONU, governos e outras partes interessadas em cada área em que os seres humanos afectam directamente o meio ambiente.

A Cimeira Rio +20 foi ainda criticada, como tantas negociações globais passadas - sendo a mais recente a 17<sup>a</sup> Conferência das Partes (COP 17) da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática, realizada em Durban, África do Sul - por não chegar a um acordo internacional ou não conseguir alcançar resultados vinculativos, com medidas claras para o desenvolvimento sustentável.

Mas será que a declaração do Rio foi meio copo ou um copo vazio? Simplificando, anterior tarefa dos líderes mundiais, chefes de organizações internacionais e da sociedade civil na Cimeira Rio +20 era tomar decisões, anunciar compromissos e galvanizar a acção sobre como a humanidade pode reduzir a pobreza e a desigualdade, e garantir a protecção ambiental em um planeta cada vez mais lotado.

No entanto, um consenso global sobre os muitos desafios que a humanidade enfrenta hoje nunca foi fácil.

Ademais, num mundo onde os Estados membros da ONU têm, querendo ou não, abraçado a globalização, agora estão falhando para governá-lo.

A população global aumentou para sete biliões - projectando-se que atinja oito biliões em 2030 - e por isso tem a pressão sobre os recursos naturais da Terra. E o fosso entre ricos e pobres aumentou.



Os Estados membros da ONU não podem ignorar a sua responsabilidade comum que é livrar o mundo das suas actuais crises inter-relacionadas de natureza ambiental, económica e igualdade.

As conferências anteriores das Nações Unidas abordaram a questão do desenvolvimento sustentável na sua agenda global, nomeadamente a partir da Conferência de 1972 sobre o Ambiente Humano, realizada em Estocolmo em 1972, pretendendo dar um impulso global para o debate sobre o equilíbrio entre o crescimento económico e desenvolvimento com a ecologia.

A conferência de 1972, em Estocolmo, culminou com a Comissão Brundtland, nomeada em 1983 pelo então Secretário-Geral da ONU, Javier Perez de Cuellar, e que depois teve como Presidente a senhora Harlem Gro Brundtland, ex-primeira ministra da Noruega.

O relatório da Comissão Brundtland preparou o que hoje se tornou amplamente aceite como a definição de "desenvolvimento sustentável", lançando-o como "desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades".

O debate que se seguiu sobre a correlação entre ambiente e desenvolvimento foi levado a um nível muito superior a da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio em Janeiro de 1992, também conhecida como Cimeira da Terra e, em seguida, considerada como o maior encontro político de sempre com 172 governos representados, 108 deles enviando os seus Chefes de Estado ou de Governo.

A Cimeira da Terra de 1992 pôs fim ao que era visto como uma falsa dicotomia entre ambiente e desenvolvimento. Entre outras conquistas, a Cimeira do Rio de 1992 foi marcada por dois acordos vinculativos, nomeadamente a Convenção sobre Biodiversidade Biológica e a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC), a última das quais, por sua vez conduziu a adopção do Protocolo de Kyoto, em 1997, que visa combater o aquecimento global.

Dez anos mais tarde veio a Cimeira Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável realizada em 2002 na África do Sul, que produziu a Declaração de Joanesburgo, com base nas declarações anteriores feitas em Estocolmo em 1972 e no Rio em 1992.

Ao contrário da Cimeira do Rio de 1992, a Cimeira de Joanesburgo foi organizada em torno de parcerias destinadas a dar impulso aos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), em vez de produzir novos acordos.

No entanto, os críticos têm apontado que muitos dos compromissos assumidos na maioria das conferências da ONU sobre o



desenvolvimento sustentável que precederam a Cimeira Rio +20 não foram concretizados, nomeadamente as relacionadas com questões tão fundamentais como a redução da

pobreza e limpeza ou protecção do meio ambiente.

Eles citam o exemplo do Protocolo de Quioto, o único tratado juridicamente vinculativo para combater as mudanças climáticas do mundo, que actualmente tem, no entanto, alguns grandes poluidores, ou não aderido a ele, como é o caso dos Estados Unidos da América, ou retirados dele, como é o caso do Canadá.

A pobreza ou tornou-se mais aguda ou se manteve praticamente inalterada.

Do ponto de vista Africano, em nenhum lugar do mundo a pobreza é mais grave do que no continente. Além disso, estudos recentes têm mostrado que o clima da África está aquecer mais rapidamente do que a média global.

Adicionalmente, as questões de desenvolvimento sustentável e das prioridades variam de continente para continente, e de nação para nação.

Portanto, 20 anos depois desde a última Cimeira da Terra no Rio, as expectativas para 2012 eram tão diversas quanto os actores que participaram ou como governos e organizações internacionais ou como vários outros grupos conhecidos no sistema da ONU como os "grandes grupos".

Não havia dúvidas de que foi feito um trabalho árduo antes de os negociadores irem para a conferência uma vez que eles enfrentaram a difícil tarefa de equilibrar a imensidão das diversas opiniões contidas em mais de 6.000 páginas de contribuições dos governos, organizações internacionais e dos grandes grupos.

As negociações não poderiam ter sido fáceis com os cerca de 50.000 participantes da conferência oficial e um número aproximadamente igual dos eventos paralelos (para os grupos da sociedade civil e empresas).

Se a diversidade de pontos de vista – seja em função dos níveis de desenvolvimento do País ou dos interesses dos diferentes grupos de actores – tornou as negociações um assunto exigido, o local da cimeira oficial e dos eventos paralelos fez sempre com que o resultado final se tornasse suspeito, na perspectiva da sociedade civil, uma vez que os dois eventos ocorreram a 40 km de distância.

Para alguns, o texto da Declaração do Rio foi rejeitado muito antes de os negociadores sequer

desembarcarem no Rio de Janeiro – por ter sido considerado um processo viciado, incluindo a selecção dos temas da conferência.

A conferência teve dois temas acordados pelos Estados membros das Nações Unidas:

- A economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza; e
- Quadro institucional para o desenvolvimento sustentável.

Enquanto a África apoia o conceito de economia verde, as preocupações têm sido perceptíveis, principalmente sobre o potencial abuso desta pelos países ricos que impõem barreiras comerciais indirectas, sob o pretexto do cumprimento das novas exigências durante a transição global para "produtos verdes".

O debate sobre a economia verde e mudanças climáticas tem colocado os países em desenvolvimento contra os países desenvolvidos e tem sido mais evidente no princípio de "responsabilidades comuns mas diferenciadas".

A noção de "responsabilidades comuns mas diferenciadas", decorrentes da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas de 1992, é um princípio-chave do Protocolo de Quioto, onde as partes reconhecem a responsabilidade directa dos países desenvolvidos pela mudança climática global, bem como as necessidades e circunstâncias especiais dos países em desenvolvimento.

No entanto, a sua interpretação tem sido um intenso tema de debate nas negociações globais sobre o desenvolvimento sustentável com os países desenvolvidos acusados de usar cada truque no livro de renegar as suas anteriores promessas.

No meio a recriminações e acusações de táticas fortes - que se tornaram a marca registada das negociações globais - uma proposta apoiada pelos países em desenvolvimento sobre um fundo de 30 biliões de dólares norte-americanos para o desenvolvimento sustentável foi abatida pela UE antes de os seus méritos terem sequer sido discutidos.

Sem meios financeiros para a implementação, muitos participantes, especialmente da África, agora acreditam que as suas grandes aspirações expressas no documento final de 49 páginas continuarão a ser uma miragem.

No entanto, o Secretário-Geral da Cimeira Rio + 20, Sha Zukang, manteve-se optimista sobre o resultado.

"Achamos que o texto contém várias acções... e se as medidas de acompanhamento forem tomadas, ele vai realmente fazer uma grande diferença na geração de mudança global positiva", disse ele em defesa do acordo. r

the future we want



## COMESA, EAC, SADC adoptam estratégia conjunta sobre as Mudanças Climáticas

OS PAÍSES oriental e austral criaram um programa conjunto sobre as mudanças climáticas para harmonizar os programas de resposta nas regiões representadas pelos três organismos regionais.

O lançamento do programa conjunto de cinco anos sobre Adaptação e Mitigação às Mudanças Climáticas do Mercado Comum para África Oriental e Austral (COMESA), Comunidade do Estados da África Oriental (EAC) e da SADC visa ajudar a enfrentar os impactos das mudança climáticas através da adaptação comum e acções de mitigação que melhoram a resiliência socioeconómica.

Até agora foram mobilizados cerca de 90 milhões dólares norte-americanos para financiar a adaptação as mudanças climáticas e vários programas de mitigação nas duas regiões.

Falando logo após a assinatura do Acordo Tripartido para a Implementação do Programa de Adaptação e Mitigação as Mudanças Climáticas na África Oriental e Austral, o Secretário Executivo da SADC, Tomás Augusto Salomão, disse que o plano conjunto tem a capacidade de enfrentar a mudanças climáticas na região.

"O objectivo global do programa é abordar os impactos das mudanças climáticas através de acções de mitigação e adaptação que visam a construção socioeconómica resiliência das comunidades através de uma agricultura não nociva ao clima (CSA)," disse Salomão, que também é o presidente do grupo tripartido COMESA -EAC-SADC, num comunicado.

A dimensão e a gravidade dos impactos das mudanças climáticas a nível global, particularmente nos países em desenvolvimento, é um sério desafio para o desenvolvimento sustentável no século 21.

Portanto, a região da COMESA-EAC-SADC, que é fortemente dependente da agricultura de sequeiro para a segurança alimentar, iniciou a esta iniciativa para fortalecer os esforços para enfrentar as mudanças climáticas, que afectam cada vez mais desenvolvimento socioeconómico.

O programa conjunto de mudanças climáticas deverá aumentar os investimentos em

práticas agrícolas resistentes ao clima e fortalecer os vínculos entre a agricultura, silvicultura e outros usos da terra na África Oriental e Austral.

A assinatura do acordo tripartido depois da cimeira Rio +20 realizada sob os auspícios da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (CNUDS) em Junho, no Rio de Janeiro, Brasil, demonstra o compromisso das três comunidades regionais de

enfrentar a mudanças climáticas na região.

A cimeira Rio +20 reconheceu as mudanças climáticas como uma crise transversal e persistente, enquanto se pretende aumentar a produção agrícola.

A assinatura do acordo também fornece uma oportunidade para a inclusão das mudanças climáticas como uma das áreas de cooperação no âmbito do quadro tripartido COMESA-EAC-SADC. r



### Rio +20 fica aquém das expectativas



**ESPECIALISTAS** EM desenvolvimento disseram que o acordo de compromisso da Cimeira Rio +20 apresentado como "o futuro que queremos" está aquém de atender às expectativas dos países em desenvolvimento.

Em vez de chegar a um consenso sobre como salvar o planeta durante a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, realizada no Rio de Janeiro, Brasil, em Junho, as profundas divisões permanecem no caminho rumo a um objectivo comum.

O Painel de Progresso da África (APP) expressou desapontamento com o fracasso da cimeira Rio +20 de trazer compromissos significativos e mensuráveis para combater as mudanças climáticas e seus efeitos em toda a África e outras regiões em desenvolvimento.

"A falta de compromisso para definir objectivos mensuráveis

de desenvolvimento sustentável na Cimeira Rio +20 é um resultado profundamente perturbador", disse o Presidente do APP e ex-Secretário-Geral da ONU, Kofi Annan.

"Todos nós temos uma obrigação para as pessoas mais pobres e vulneráveis do mundo, que carregam o peso da crise ecológica global - e para que as gerações vindouras vivam melhor."

O Director Executivo do Greenpeace, Kumi Naidoo, concordou, dizendo que a Cimeira Rio +20 tinha tomado um passo para trás em vez um para frente rumo a agenda de desenvolvimento sustentável.

"O futuro que queremos, ficou um pouco mais longe hoje. A cimeira Rio +20 se transformou em uma falha épica. Ela falhou na equidade, não sobre a ecologia e não sobre a economia", disse ele.

"Este não é um alicerce sobre o qual crescem as economias ou

se retiram as pessoas da pobreza, é a última vontade e testamento de um modelo de desenvolvimento destrutivo do século XX."

A cimeira Rio +20 foi realizada sob dois temas, nomeadamente "Economia Verde no Contexto do Desenvolvimento Sustentável e Erradicação da Pobreza" e "Quadro Institucional para o Desenvolvimento Sustentável".

Um total de sete áreas-chave foram identificadas para discussão - energia, água, segurança alimentar, trabalhos, cidades, oceanos e desastres. Estas áreas são consideradas críticas para a redução da pobreza e o desenvolvimento sustentável.

"Este é um resultado que não deixa ninguém feliz", disse o Secretário-Geral da Cimeira Rio +20 Secretário-Geral, Sha Zukang. r



## Papel de liderança das mulheres reconhecido

**OS LÍDERES** globais reconheceram o importante papel desempenhado pelas mulheres na realização do desenvolvimento sustentável e resolveram dar prioridade às medidas de promoção da igualdade de género e autonomia das mulheres.

A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável realizada no Rio de Janeiro, Brasil, em Junho observou que, embora tenha havido algum progresso na igualdade de género, o potencial das mulheres de participar, contribuir e beneficiar o desenvolvimento sustentável como líderes, participantes e agentes de mudança não tem sido plenamente realizado devido à persistência de desigualdades sociais e económicas.

Os 193 líderes que participaram da conferência decidiram acelerar a implementação dos seus respectivos compromissos contidos na Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra as Mulheres, bem como da Agenda 21, a Declaração e Plataforma de Acção de Beijing, bem como a Declaração do Milénio das Nações Unidas.

"Apoiamos medidas que enfatizam a promoção da igualdade de género e autonomia das mulheres em todas as esferas de nossas sociedades, incluindo a remoção das barreiras à sua participação plena e igualitária na tomada de decisões e gestão em todos os níveis", disseram os líderes num comunicado no final da conferência.

Eles resolveram desbloquear o potencial das mulheres como motores do desenvolvimento sustentável, nomeadamente através da revogação das leis discriminatórias, garantia do acesso igualitário à justiça e apoio jurídico, a reforma das instituições para assegurar a

competência e capacidade para a integração do género, bem como o desenvolvimento e a adopção de medidas inovadoras para lidar com as práticas nocivas que agem como barreiras para a igualdade de género.

"Nesse sentido, nos comprometemos a criar um ambiente propício para melhorar a situação das mulheres e raparigas em toda parte, especialmente nas zonas rurais e nas comunidades locais e entre os povos indígenas e minorias étnicas", disseram os líderes.

Eles se comprometeram a instituir reformas legislativas e administrativas para dar às mulheres direitos iguais aos dos homens no que diz respeito aos recursos económicos, incluindo o acesso à propriedade e controlo sobre a terra e outras formas de propriedade, ao crédito, herança, recursos naturais e novas tecnologias apropriadas.

Outras medidas incluem a promoção da igualdade de acesso das mulheres e raparigas à educação, serviços básicos, oportunidades económicas e serviços de saúde, lidar com a questão da saúde da mulher sexual e reprodutiva, e assegurar o acesso universal aos métodos modernos seguros, eficazes, acessíveis e aceitáveis de planeamento familiar.

A África Austral é uma das regiões que registaram progressos na integração do género nas políticas e processos de desenvolvimento.

Tem havido alguns progressos na integração do género na política e um aumento no número de mulheres nas posições de tomada de decisão política dos Estados-Membros da SADC desde a adopção da Declaração da SADC sobre Género e Desenvolvimento pelos líderes da SADC em 1997, após a Quarta Conferência Mundial das Nações Unidas sobre as Mulheres realizada em Beijing, China, em 1995.

Os mais altos cargos no governo alcançados pelas mulheres até são a Presidência no Malawi, Maurícias, vice-presidência na África do Sul e Zimbabwe, primeiro-ministro em Moçambique e Vice-Primeiro Ministro da Namíbia.

Uma mulher da Tanzânia foi vice-secretária-geral das Nações Unidas durante os últimos cinco anos, e uma mulher da África do Sul acaba de ser eleita para chefiar a Comissão da União Africana.

Há cinco existem mulheres Presidentes de Paramentos ou Senados da região, no Botswana, Lesoto, Moçambique, Tanzânia e Zimbabwe.

África Austral atingiu em 2009 a terceira maior percentagem de mulheres na

política, a nível parlamentar, com 20 por cento, um valor apenas ultrapassado pelos países nórdicos, com 40,8 por cento e as Américas em 21,4 por cento.

A percentagem média da região de mulheres no Parlamento é maior que a média mundial de 18,5 por cento, a média Sub-Sahariana de 18,6 por cento, da Ásia com 18,4 por cento, do Pacífico com 15,2 por cento, e dos Estados Árabes (9,1 por cento), que é a mais baixa.

No entanto, medidas mais energéticas são necessárias para que a África Austral atinja a meta de 50 por cento de representação das mulheres nos cargos políticos e de tomada de decisão em todos os níveis até 2015, em consonância com as metas regionais e continentais. r

## Migiro nomeada enviada especial para o HIV e SIDA em África



Asha-Rose Migiro

**ASHA-ROSE MIGIRO** da República Unida da Tanzânia foi nomeada enviada especial do Secretário-Geral da ONU para o HIV e SIDA em África.

O Secretário-Geral da ONU, Ban Ki-Moon, disse que Migiro é unicamente qualificada para este trabalho devido à sua "experiência na resposta ao SIDA nas Nações Unidas como secretária-geral adjunto, combinado com seus muitos anos de experiência como um defensora de saúde e justiça social em África."

Migiro foi Secretária-Geral Adjunta das Nações Unidas de

2007-2012, e participou activamente na promoção da resposta das Nações Unidas para o SIDA, com especial ênfase na redução da vulnerabilidade de mulheres e raparigas e na garantia dos direitos das pessoas vivendo com HIV.

"Estou honrada em aceitar esta nomeação neste momento crucial da resposta ao SIDA em África", disse ela. "Agora é a hora de levar os nossos esforços a um novo nível."

Migiro foi Ministra das Relações Exteriores e Cooperação Internacional da Tanzânia de 2006-2007 - a primeira mulher a ocupar essa posição desde a independência em 1961. Ela foi durante cinco anos Ministra da Comunidade de Desenvolvimento de Género e Crianças. Antes de servir o governo, ela seguiu uma carreira na academia, e foi membro do Comité das Nações Unidas sobre a Eliminação da Discriminação contra as Mulheres em 2000. r



## SADC estabelece comité para impulsionar o desenvolvimento do ensino superior

A SADC estabeleceu um comité técnico para liderar o renascimento do desenvolvimento do ensino superior e de formação na África Austral.

O comité, que será composto por funcionários superiores de educação de toda a região, foi criado pelos Ministros responsáveis pelo Ensino Superior nos Estados Membros da SADC que se reuniu em Joanesburgo, África do Sul, em Junho.

A reunião ministerial da SADC encarregou o Comité Técnico de Ensino Superior e Formação, Investigação e Desenvolvimento para desenvolver um plano estratégico regional sobre o ensino superior, formação e desenvolvimento de pesquisa.

O comité deverá, entre outras coisas, rever acesso ao ensino superior e as taxas de matrícula na África Austral, bem como financiamento e capacitação do ensino superior para orientar os investimentos adequados para os próximos 10-15 anos.

"Este plano irá definir prioridades chave tanto a curto como a longo prazo," disse o Vice-Ministro Sul-africano do Ensino Superior e Formação, Hlengiwe Mkhize.

"Se todos os planos feitos pela comissão técnica forem efectivamente implementados com sucesso, veremos um impacto positivo no ensino superior e na formação na região da SADC".

Os ministros observaram que, devido a vários factores, tais como recursos financeiros limitados, a região está experimentando níveis muito baixos de matrícula e participação no ensino superior quando comparado com outras regiões de África e do mundo. A qualidade da educação também está se deteriorando, enquanto

o número de docentes regista um declínio.

"A liderança e gestão de instituições de ensino superior são em muitos casos, fracos, enquanto a qualidade dos professores e da educação que está disponível nem sempre proporciona o conhecimento relevante e adequado às habilidades exigidas para o mercado de trabalho", disseram os ministros num comunicado.

"Como resultado, muitos jovens que completam o ensino secundário não prosseguem para o ensino superior. É claro que o ensino superior não contribui adequadamente para o desenvolvimento socioeconómico, para a melhoria do bem-estar da maioria dos cidadãos pobres, e para concretizar as aspirações de integração regional dos povos da SADC".

De acordo com um estudo realizado pela Associação Regional de Universidades da

África Austral (SARUA), a região apresenta os menores níveis de oferta de ensino superior e matrículas no mundo, apesar da crescente demanda pela educação superior nos países africanos.

A SARUA disse que apesar de os Estados-Membros terem investido fortemente na educação nos últimos quatro anos, a maior parte do investimento foi para a educação primária e não para ensino superior.

"Como resultado, os resultados mais elevados de matrículas de educação reflectem negativamente sobre o investimento feito na

educação", diz parte do relatório da SARUA.

Os ministros da SADC decidiram que era hora de enfrentar os desafios do sector. Os ministros disseram que há necessidade de olhar também para a relevância dos programas que estão sendo oferecidos em instituições da SADC para as "necessidades de desenvolvimento da nossa Região".

Os Ministros instaram todas as partes interessadas para mobilizar e investir mais em infra-estrutura e recursos humanos, e melhorar a governação, liderança e gestão de instituições de ensino superior. r

## Protocolo da SADC sobre a Educação e Formação



OS ESTADOS membros da SADC acordaram em Setembro de 2007 a cooperar na educação e formação ao abrigo do presente Protocolo para fins de consecução dos seguintes objectivos:

- Desenvolver e implementar um sistema comum de recolha e comunicação de informações pelos Estados-Membros sobre a situação actual de demanda e oferta futura, e as áreas prioritárias para a provisão de educação e formação na região;
- Estabelecer mecanismos e arranjos institucionais que permitam aos Estados-Membros partilhar os seus recursos de forma eficaz e eficiente para produzir a necessária pesquisa profissional, técnica e pessoal de gestão para planear e gerir o processo de desenvolvimento em geral e em todos os sectores da região;
- Promover e coordenar a formulação e implementação de políticas comparáveis e adequadas estratégias e sistemas de educação e formação nos Estados-Membros;

- Promover e coordenar a formulação e implementação de políticas, estratégias e programas para a promoção e aplicação da ciência e tecnologia, incluindo a moderna tecnologia de informação e pesquisa e desenvolvimento na região;
- Trabalhar para a redução e eventual eliminação de restrições ao acesso a educação de qualidade por parte dos cidadãos dos Estados-Membros, e oportunidades de formação dentro da região;
- Trabalhar para o alívio e eventual eliminação de formalidades de imigração, a fim de facilitar a livre circulação de estudantes e funcionários dentro da região para fins específicos de estudo, ensino, pesquisa e quaisquer outras actividades relacionadas à educação e formação; e
- Alcançar progressivamente a harmonização, equivalência e padronização dos sistemas de educação e formação na região. r



## China e África acordam numa "nova parceria estratégica"

A CHINA e África chegaram a um acordo sobre um novo plano de acção para três anos até 2015 sobre as modalidades que levarão as duas partes alcançar um "novo tipo de parceria estratégica".

Os Ministros responsáveis pela Política Externa e de Cooperação Económica da China e 50 países africanos estiveram reunidos na 5ª Conferência Ministerial do Fórum de Cooperação China-África (FOCAC) realizado em Julho, em Beijing, China, para aprofundar a parceria

### BRICS projecta banco de desenvolvimento

O BRICS envolvendo cinco economias emergentes - Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul - projecta criar um Banco de Desenvolvimento no próximo ano na África do Sul.

O lançamento do Banco de Desenvolvimento BRICS vai prestar apoio aos países em desenvolvimento e economias emergentes, com uma fonte alternativa de financiamento, tendo os passos para o lançamento do banco sido discutidos durante a Cimeira do BRICS realizada na Índia em Abril de 2012.

O proposto banco deverá financiar infra-estruturas e o desenvolvimento sustentável nos Países em desenvolvimento. Isto surge para responder a preocupação de que as instituições financeiras multilaterais existentes estão fazendo muito pouco para promover o desenvolvimento nos países mais pobres.

Além disso, a existência de instituições financeiras internacionais são dominadas pelas potências ocidentais e, muitas vezes impõem condições rigorosas para o acesso a empréstimos ou alívio da dívida. r

estratégica assente nos valores da igualdade política, confiança mútua, a cooperação económica mútua e intercâmbios culturais.

O Plano de Acção de Beijing (2013-2015), que foi aprovado juntamente com a Declaração de Beijing, incidirá sobre o comércio, investimento, cooperação, redução da pobreza, infra-estrutura, capacitação, segurança alimentar e política, entre outros sectores.

A China se comprometeu a implementar um "plano especial sobre o comércio com a África", no qual irá canalizar investimento e missões de promoção comercial para a África, expandir as importações da África e apoiar a realização de exposições de produtos africanos para ajudar os países africanos a exportar os seus produtos competitivos para a China.

Isso incluirá o apoio técnico para o processamento intensivo de produtos agro-industrial e matérias-primas africanos e inclusão cada vez maior de produtos primários da África através do investimento.

Empresas chinesas serão encorajadas a estabelecer as bases de produção e processamento em África para ajudar a elevar o valor agregado das exportações africanas.

A China se comprometeu a abrir ainda mais o seu mercado aos produtos africanos e está em fase de tratamento a aplicação da tarifa zero para 97 por cento dos produtos de países menos desenvolvidos da África, incluindo a criação de "um mecanismo de consulta sobre o local de origem das mercadorias que desfrutarão da aplicação da tarifa zero e da melhoria do mecanismo de cooperação para implementar a aplicação da tarifa zero", disseram os ministros.

Os dois lados anunciaram que iriam "considerar o estabelecimento de um fórum de energia China-África, no âmbito do FOCAC para promover o intercâmbio China-

África de energia e cooperação", ao mesmo tempo que será reforçada a cooperação na área de energia limpa e projectos de recursos renováveis.

"Como forma de fortalecer a cooperação entre a China e África no domínio da energia e recursos renováveis, as duas partes incentivarão e apoiarão o desenvolvimento conjunto e a utilização adequada dos recursos de energia através de empresas dos dois lados", disseram os Ministros.

No tocante a cooperação em assuntos internacionais, as duas partes concordaram em manter o papel central das Nações Unidas em assuntos internacionais e promover o multilateralismo e democracia nas relações internacionais.

Eles reafirmaram a necessidade de reformas na ONU, sublinhando que a prioridade deve ser dada ao aumento da representação dos países africanos no Conselho de Segurança da ONU e outras instituições.

A África do Sul, que toma posse como co-presidente do FOCAC por seis anos, disse que faria o possível para realizar os objectivos do Plano de Acção de Beijing (2013-2015), aprofundar o engajamento dos países africanos nas actividades do fórum e tornar o fórum compatível com as propostas da União Africana.

O presidente chinês, Hu Jintao, propôs medidas em cinco áreas prioritárias, incluindo a assistência financeira para missões de paz da UA, para impulsionar as relações da China com o continente.

As novas áreas de foco são a expansão do investimento e de financiamento para apoiar o desenvolvimento sustentável em África, o aumento da ajuda a África, apoio ao processo de África de integração e fortalecimento da capacidade continental na execução de



Presidente Jacob Zuma com o Presidente Hu Jintao  
Em plano menor, Presidente Thomas Boni Yayi

metas globais de desenvolvimento, melhoria da amizade de povo para povo e promoção da paz e da estabilidade em África.

A China durante os próximos três anos, vai lançar a "Iniciativa China-África de Parceria e Cooperação para a Paz e Segurança" e aprofundar a cooperação com os países da UA e dos Países Africanos sobre a paz e segurança, disse Hu.

A China vai fornecer apoio financeiro para as missões de paz da UA e para o desenvolvimento da Força Africana de Paz, e treinar os funcionários em assuntos de paz e segurança.

A China também disse que vai apoiar o processo de integração Africana e promover o intercâmbio entre as pessoas, mídia e estudiosos da China e da África para "estabelecer uma base sólida para as relações de apoio público".

Beijing comprometeu-se a fornecer uma linha de crédito de 20 biliões de dólares norte-americanos para os Países africanos ao longo dos próximos três anos. Os empréstimos irão apoiar infra-estrutura, agricultura, indústria e desenvolvimento de pequenas e médias empresas.

FOCAC é um mecanismo de consulta colectiva e de diálogo entre a China e os países africanos, lançado em 2000. A 6ª conferência ministerial do FOCAC será realizada em Joanesburgo, África do Sul, em 2015. r



## Nove partidos registam-se para as eleições angolanas

**NOVE PARTIDOS** políticos inscreveram-se e foram aprovados para participar nas eleições parlamentares angolanas, previstas para 31 de Agosto, enquanto outros 18 foram desclassificados por não cumprirem com as exigências da Lei Eleitoral do País.

O Presidente do Tribunal Constitucional, Rui Ferreira, disse que cinco dos partidos vão disputar separadamente, enquanto os restantes são coligações formadas por 20 pequenos partidos que manifestaram interesse de participar nas eleições.

Os cinco principais partidos incluem o Movimento Popular para a Libertação de Angola (MPLA), no poder, e a principal força da oposição, a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA). Os outros partidos são a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), o Partido da Renovação Social (PRS) e o Partido Popular para o Desenvolvimento (PAPOD).

As coligações incluem a Convergência Angola Salvação Coligação Grande Eleitoral (CASA-CE), que é um guarda-chuva de quatro pequenos partidos e é uma criação do ex-alto oficial da UNITA, Abel Chivukuvuku.

Outras coligações são o Conselho Consultivo da Oposição Política (CPO), a Nova Democracia (ND) e a Frente Unida para a Mudança de Angola (FUMA).

O ND é uma coligação de sete partidos, enquanto a CPO e FUMA são blocos formados por quatro e seis pequenos partidos, respectivamente.

Ferreira disse que dos 27 pedidos apresentados ao tribunal, 18 foram desclassificados por não atender ao requisito mínimo de 14.000 assinaturas de apoiantes que estiverem inscritos como eleitores, entre outras razões.

Entre os rejeitados está o Bloco Democrático (BD), liderado pelo ex-membro do partido governamental, Justino Pinto de Andrade, e do Partido Popular (PP), que foi formado pelo advogado David Mendes.

De acordo com a Comissão Nacional Eleitoral (CNE), cerca de nove milhões de angolanos estão registados para votar nas próximas eleições.

A Porta-voz da CNE, Julia Ferreira, disse que mais de 10.780 assembleias de voto funcionarão em todo o País.

Estas serão as terceiras eleições desde que Angola alcançou a independência de Portugal em 1975. As primeiras eleições pós-independência decorreram em 1992, antes da guerra civil ter reiniciada pela UNITA, liderada por Jonas Savimbi, e as segundas eleições foram realizadas em 2008. O conflito terminou em 2002 com a morte de Savimbi.

O MPLA ganhou por mais de 81 por cento e usou a sua maioria parlamentar para aprovar uma série de novas leis, incluindo uma nova Constituição, que aboliu caminho para eleições presidenciais directas em favor de um colégio eleitoral.

A luz da nova lei eleitoral, o Presidente e Vice-Presidente são eleitos indirectamente. O Chefe de Estado é escolhido a partir do partido com a maioria parlamentar. r



Assembleia Nacional de Angola

## SADC pede implementação do roteiro de Madagascar

A SADC incumbiu o ex-Presidente moçambicano, Joaquim Chissano, para facilitar um encontro entre o líder interino de Madagascar, Andry Rajoelina e o deposto presidente Marc Ravalomanana, com vista a acelerar a implementação de um roteiro de paz que é a chave para a realização de eleições credíveis.

A Cimeira Extraordinária dos Chefes de Estado e de Governo, realizada em Luanda, Angola, em Junho, decidiu que Chissano deve urgentemente facilitar o diálogo e convocar uma reunião entre Rajoelina e Ravalomanana para se retomar a implementação de um roteiro assinado por partidos políticos malgaxes em Setembro de 2011. Chissano é o mediador da SADC no conflito político em Madagascar.

O roteiro da paz visa devolver o país à normalidade constitucional na sequência de um golpe ocorrido em 2009 e que viu Rajoelina a remover inconstitucionalmente Ravalomanana do poder com o apoio do exército. Madagascar está suspenso da SADC.

"Cimeira mandou o mediador da SADC e da Troika do Órgão para facilitar o diálogo e convocar uma reunião entre Andry Rajoelina, presidente da Alta Autoridade de Transição, e Marc Ravalomanana, ex-presidente como uma questão de urgência, a fim de assegurar a plena implementação do Roteiro e

criar um ambiente propício para a realização de eleições credíveis, livres e justas", disseram os líderes da SADC num comunicado.

O roteiro permite o retorno incondicional do exílio de Ravalomanana e o estabelecimento de instituições de transição antes das eleições.

A Cimeira Extraordinária notou que um Gabinete de Ligação da SADC, criado em Novembro de 2011 para apoiar o processo de implementação, estava totalmente operacional, com os oficiais da Troika do Órgão de Política, Defesa e Segurança e representantes da presidência da SADC no terreno, desde Janeiro de 2012. r



Antigo Presidente Joaquim Chissano

## Diário de Eventos Agosto-Outubro 2012



**ÁFRICA AUSTRAL HOJE**  
SADC HOJE Vol 14 No 5 Agosto 2012

É produzido como uma fonte de referência das actividades e oportunidades na Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral, e um guião para os responsáveis pela elaboração de políticas a todos os níveis de desenvolvimento nacional e regional.

**Comunidade para o desenvolvimento da África Austral**  
Secretariado da SADC, SADC House,  
Private Bag 0095, Gaborone, Botswana  
Tel +267 395 1863 Fax +267 397 2848/318 1070  
E-mail registry@sadc.int Website www.sadc.int

**ÁFRICA AUSTRAL HOJE** é publicado seis vezes por ano pelo Centro de Documentação e Pesquisa para a África Austral (SARDC) para o Secretariado da SADC em Gaborone, Botswana, como uma fonte credível de conhecimento sobre o desenvolvimento regional. Os artigos podem ser reproduzidos livremente pelos órgãos de comunicação social e outras entidades, citando devidamente a fonte.

**EDITOR**  
Munetsi Madakufamba

**COMITÉ EDITORIAL**  
Joseph Ngwawi, Kizito Sikuka, Egline Tauya, Admire Ndhlovu,  
Stalin Tazvitya, Phyllis Johnson, Patience Ziramba, Ndiyavhonga Ndou,  
Tanyaradzwa Chiwara, Danai Majaha, Nobuhle Sithole.

**ONSELHO EDITORIAL**  
Chefe da Unidade de Comunicação da SADC  
Leefa Penehupifo Martin

**TRADUTOR**  
Bonifácio António

**ÁFRICA AUSTRAL HOJE** é apoiado pelo Ministério Norueguês dos Negócios Estrangeiros, em apoio ao Grupo Temático dos Parceiros Internacionais de Cooperação no Sector de Energia da SADC, que é presidido pela Noruega.

© SADC, SARDC, 2012

**ÁFRICA AUSTRAL HOJE** acolhe as contribuições individuais e de organizações dentro da região da SADC em forma de artigos, fotografias, artigos noticiosos e comentários, e também artigos relevantes de fora da região. Os editores reservam-se o direito de seleccionar ou rejeitar artigos, e editar para se ajustar ao espaço disponível. O conteúdo não reflecte necessariamente o posicionamento oficial ou opiniões da SADC ou SARDC.

**ÁFRICA AUSTRAL HOJE** é publicado em Inglês, Português e Francês, e está disponível num formato digital no Portal de Internet www.sardc.net Conhecimento para o Desenvolvimento, ligado a www.sadc.int

**COMPOSIÇÃO & MAQUETIZAÇÃO**  
Tonely Ngwenya

**FOTOS E ILUSTRAÇÕES**  
P1, 2, 4 P. Johnson, D. Martin, SARDC, gstatic.com, Nampower; P2 P. Johnson, worldspresidents.com; P4 wikimedia.com, freedigitalphotos.net, blogspot.com; P5 AU; P6 P. Ziramba, solarfine.com; P7 ecogeneration.com; P8,9,10 M. Madakufamba; P10 APG; P11 flickr.com; P12 blogspot.com P13 images.radio86.eu, www.zimbopictures.com; P14 www.angola; P16 sadc.int, C. Marimo

**Subscreva Hoje**  
**ÁFRICA AUSTRAL HOJE** está disponível através de uma taxa de subscrição anual para seis meses: 55 dólares para fora de África, incluindo o envio; 40 dólares nas restantes partes de África; e 30 dólares na África Austral. A subscrição permite receber a publicação via aérea ou por e-mail. Para mais detalhes, contacte o Editor.

A correspondência para esta publicação deve ser dirigida ao

**Centro de Documentação e Pesquisa para África Austral**  
15 Downie Avenue, Belgravia, Box 5690,  
Harare, Zimbabwe  
Tel +263 4 791 141/791 143 Fax +263 4 791 271  
E-mail sadctoday@sardc.net  
www.sardc.net Conhecimento para o Desenvolvimento




www.sardc.net  
Knowledge for Development

Agosto 1-3, África do Sul	<b>Conferência da Reforma Agrária e Desenvolvimento Económico</b> O evento vai reunir especialistas agrícolas, pesquisadores, académicos e parlamentares dos Países africanos para discutirem questões chave sobre a agricultura e reforma agrária, incluindo o acesso a sementes melhoradas e direitos das mulheres de posse da terra.
12-18, Moçambique	<b>Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da SADC</b> Os líderes da SADC reúnem-se para discutir questões que visam promover a integração regional e desenvolvimento. A cimeira é precedida por reuniões de altos funcionários e do Conselho de Ministros.
13-24 Agosto, Zimbabwe	<b>Fórum Regional de Previsão Climática da África Austral</b> Cientistas dos serviços meteorológicos nacionais dos Estados membros da SADC reúnem-se para rever as perspectivas do clima regional. A conferência do SARCOF vai decorrer de 13-21 Agosto seguida por um processo de previsão anual de 22-14 Agosto e permitirá que os especialistas utilizem indicadores sazonais de chuvas, para produzir uma previsão regional para a época chuvosa 2012-2013.
26-31, Suécia	<b>Semana Mundial da Água</b> A Semana Mundial da Água tem sido uma ocasião anual para as questões globais de água desde 1991. Celebrado em Estocolmo, Suécia, a cada ano, a Semana Mundial da Água aborda um tema especial para permitir um exame mais aprofundado de uma questão específica relacionada com a água. O tema deste ano é "Água e Segurança Alimentar".
Setembro 4-5, África do Sul	<b>Energia Solar em África</b> A conferência irá fornecer informações sobre os mecanismos financeiros necessários para a energia solar servir como uma solução abrangente para a actual escassez de energia em África e para o desenvolvimento de infra-estrutura necessárias para suportar uma cadeia de abastecimento eficaz entre os fornecedores independentes e as redes de energia. Também irá mostrar as mais recentes tecnologias de energia solar disponível.
10-14, Tanzânia	<b>Conferência Ministerial Africana sobre o Meio Ambiente</b> 14ª Sessão Ordinária (AMCEN-14) será uma plataforma para Ministros do Meio Ambiente dos Países africanos debaterem os principais resultados da Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável (Rio +20), e abordar outras questões emergentes relacionadas com o desenvolvimento sustentável e meio ambiente em África.
12-14, África do Sul	<b>Reunião da Comissão de Funcionários dos Bancos Centrais</b> O Comité das Autoridades dos Bancos Centrais e do Comité de Governadores dos Bancos Centrais é uma estrutura regional da SADC, que lida com o desenvolvimento de instituições e mercados financeiros, cooperação internacional e regional sobre as relações financeiras, investimento, políticas monetárias e cambiais.
Outubro 8-12 Etiópia	<b>5ª Conferência Ministerial da UA sobre o Controlo de Drogas</b> A conferência irá rever e fortalecer os mecanismos de responsabilidade compartilhada de drogas ilícitas em África e discutir o Plano de Acção da União Africana sobre o Controlo de Drogas (2013-2018). Os ministros também vão discutir uma posição comum sobre Substâncias Africanas Controladas.



# 20 Anos

1992 - 2012

## As raízes da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral

O **TRATADO** constitutivo da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) foi assinado pelos Chefes de Estado e de Governo em Windhoek, Namíbia, a 17 de Agosto de 1992, logo após a independência da Namíbia, substituindo a Conferência de Coordenação para o Desenvolvimento da África Austral (SADCC), criada em Abril de 1980, em Lusaka, Zâmbia.

Este tratado surgiu após os Chefes de Estado e de Governo terem concluído que a independência política estava quase completa na região, e adoptado a declaração "Rumo a Libertação Económica da África Austral".

Com o novo tratado, os líderes regionais comprometeram-se a "fortalecer e consolidar as antigas afinidades históricas, sociais e culturais e as ligações entre os povos da região."

O Tratado estabelece os princípios da SADC como:

- Igualdade soberana de todos os Estados-Membros;
- Solidariedade, paz e segurança;
- Direitos humanos, democracia e Estado de Direito;
- Equidade, equilíbrio e benefício mútuo; e,
- Solução pacífica de conflitos.

### Agenda Comum da SADC

Os objectivos da SADC são a promoção do desenvolvimento sustentável e equitativo,

crescimento económico e desenvolvimento socioeconómico, melhorar o padrão e a qualidade de vida dos povos da África Austral e apoiar os mais desfavorecidos socialmente através da integração regional, promoção de valores políticos, sistemas e outros valores partilhados através de instituições democráticas, legítimas e eficazes, e, consolidar, defender e manter a democracia, paz, segurança e estabilidade.

Os outros objectivos são promover o desenvolvimento auto-sustentável com base em auto-suficiência colectiva e da interdependência dos Estados-Membros; alinhar as estratégias nacionais e regionais e programas; maximizar o emprego produtivo; alcançar a utilização sustentável dos recursos naturais e protecção efectiva do ambiente, combater o HIV e SIDA e outras doenças transmissíveis, a erradicação da pobreza e integração do género no processo de construção da comunidade.

O Tratado apresenta várias iniciativas destinadas a alcançar estes objectivos, incluindo a harmonização de políticas públicas e planos socioeconómicos, incentivar o povo da região e suas instituições a tomar as suas próprias iniciativas para desenvolver laços económicos, sociais e culturais de toda a região, e participar plenamente na implementação dos programas e projectos da SADC. r

## Heróis e Património

Cinco países celebram os seus heróis neste período.

 **13-14 de Agosto:** O Zimbabwe comemora o Dia dos Heróis Nacionais e das Forças Armadas para homenagear aqueles que lutaram na guerra de libertação nacional, e os mortos por atrocidades Rodesianas, como no Centro da Liberdade, na Zâmbia, e em Nyadzonja, Moçambique, onde milhares de civis desarmados perderam as suas vidas.

 **26 de Agosto:** A Namíbia assinala o Dia dos Heróis (Dia da Namíbia), quando milhares de namibianos se reúnem em diferentes locais, a cada ano, para lembrar os seus heróis na data do lançamento oficial do longa e amarga luta pela independência quando o primeiro tiro foi disparado em 1966, em Omugulu-Gwombashe, na região de Omusati.

 **Três dias em Moçambique: 7 de Setembro, 25 de Setembro, 4 de Outubro.** Moçambique comemora três datas importantes, começando pelo 07 de Setembro, quando o acordo histórico foi assinado com Portugal em 1974, em Lusaka, trazendo um cessar-fogo e transição para a independência. O Dia das Forças Armadas é celebrado a 25 de Setembro, data do início da guerra de libertação, quando os primeiros tiros foram disparados no norte na província de Cabo Delgado em 1964. O Dia da Paz e Reconciliação assinala o acordo de paz assinado em Roma, em 1992, após 16 anos de conflito e dois anos de árduas negociações lideradas por Armando Emílio Guebuza, actual presidente de Moçambique e próximo Presidente da SADC.

 **17 de Setembro:** Angola recorda Agostinho Neto, o presidente fundador e símbolo do nacionalismo angolano, nascido nesta data em 1922 e que morreu em 1979 aos 56 anos depois de liderar a guerra de libertação que trouxe a independência de Portugal em 1975.

 **24 de Setembro:** África do Sul comemora o seu património cultural todos os anos nesta data para encorajar todos os sul-africanos a celebrarem a diversidade de suas crenças e tradições. O tema para o Mês do Património em 2011 foi "Celebrando os heróis e heroínas da Luta de Libertação na África do Sul", para ligar a nação com o seu rico e diversificado património de libertação colectiva.

### FERIADOS PÚBLICOS NA SADC

Agosto-Setembro de 2012

1 Agosto	Dia do Camponês	DRC
6 Agosto	Dia do Agricultor	Zâmbia
8 Agosto	Dia dos camponeses Nane Nane	Tanzânia
9 Agosto	Dia Nacional da Mulher	África do Sul
13 Agosto	Dia dos Heróis	Zimbabwe
14 Agosto	Dia das Forças de Defesa	Zimbabwe
15 Agosto	Dia de Assunção	Madagáscar, Maurícias, Seychelles
17 Agosto	Dia da SADC*	Todos
19 Agosto	Eid Ul Fitr**	Malawi, Maurícias, Tanzânia
20 Agosto	Feriado Público	Malawi, Tanzânia
26 Agosto	Dia dos Heróis	Namíbia
27 Agosto	Feriado Público	Namíbia

\* O Dia da SADC não é um feriado público, marca a assinatura do Tratado da SADC assinado a 17 Agosto de 1992

\*\*A data exacta depende da visualização da Lua Nova

3 Setembro	Dança Umhlanga Reed	Swazilândia
6 Setembro	Dia da Independência Somhlolo	Swazilândia
7 Setembro	Dias dos Acordos de Lusaka	Moçambique
17 Setembro	Dia dos Heróis Nacionais	Angola
20 Setembro	Ganesh Chaturthi	Maurícias
24 Setembro	Dia do Património	África do Sul
25 Setembro	Dias das forças Armadas	Moçambique
30 Setembro	Dia do Botswana	Botswana